



Diálogos

<http://doi.org/10.4025/dialogos.v21i1>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

JUSTE, Rubén. IBEX 35: una historia herética del poder en España. Madrid: Capitán Swing Libros, 2017, 330 p.

<http://doi.org/10.4025/dialogos.v21i1.36061>

Guilherme Tadeu de Paula

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá, onde estuda a Política em Thomas Paine, bolsista CAPES, guilhermetadeu@yahoo.com.br

Resenha recebida em 14/01/2017. Aprovado em 30/03/2017

Há uma tensão que perpassa todo o livro “IBEX 35”, do sociólogo espanhol Rubén Juste, que parece um bom ponto de partida para refletir a partir desta obra, que reconstrói de modo “herético” as tramas entre as maiores empresas espanholas e as principais forças políticas que controlaram a Espanha desde a morte de Franco até os nossos tempos: a dinâmica entre permanências e continuidades no poder no país. A tese de Juste é dialética, no sentido de que são precisamente as contradições de cada situação estabelecida que apresentaram as condições de suas superações e deste modo.

Sua análise, neste sentido, capta e denuncia as permanências, mas prioriza as constantes rupturas. A primeira de sua narrativa se dá quando o IBEX 35 deixa de ser simplesmente um índice comercial para se tornar efetivamente o que ele chama de bloco de poder. Este bloco era defendido por um grupo de conselheiros que reunia burocratas e técnicos vinculados ao Partido Socialista, antigos funcionários ligados ao período da ditadura de Franco e aliados próximos à monarquia

Bourbon, que participou ativamente da transição de regime espanhol. Empenhados em liberalizar a economia espanhola e concentrar o sistema bancário, eles ainda se articulavam desde o Estado, embora pouco a pouco, o programa de privatizações se impusesse como irresistível. A ascensão de Aznar e o “*pacto del Majestic*”, com a incorporação dos desejos da burguesia catalã e da basca, devolveu aos quadros historicamente ligados à direita o controle do projeto de país, e eles, sobretudo a partir de 1996, puderam acelerar os processos de privatizações e de concentração de bancos, um efeito que acabou por produzir seus próprios coveiros, uma vez que a máxima financeirização desencadeada pelo processo trouxe à cena os fundos de investimento internacionais, que operam em suas lógicas próprias, quase mecânicas, de busca por lucro instantâneo e sem nenhum interesse de projeto de país.

A se julgar pelo que nos conta, detalhadamente, Juste, as permanências são relevantes porque sinalizam o poder da tradição oligárquica espanhola, que remonta pelo menos

à guerra civil dos anos de 1930. No entanto, o que se nota é que, trata-se de uma conservação com muito pouca linearidade. Pragmática, as oligarquias espanholas alinharam-se às necessidades políticas de cada momento, forjando projetos ao lado dos falangistas durante a ditadura, de socialistas na redemocratização, de aznaristas na era de ouro da disponibilidade de crédito, aos investidores internacionais na ditadura do capital financeiro de nosso tempo. Esse pragmatismo trouxe inúmeras contradições e o último resultado dele é seu enfraquecimento como força de influência e classe dirigente.

Isso porque, embora estejam ocupando lugares relevantes em conselhos de administração das grandes empresas, eles mesmos ou seus descendentes, hoje os quadros que compuseram as elites políticas e econômicas espanholas das últimas décadas não têm mais capacidade deliberativa. Se no governo Felipe González, Solchaga poderia efetivamente ser considerado um “superministro” por toda sua capacidade de ação, hoje, o próprio González, lendário líder da transição espanhola, não é mais do que um consultor a atender os interesses políticos de investidores internacionais, sobretudo o mexicano Carlos Slim. Se o projeto do PP de Aznar para Espanha, com todo seu reprovável elitismo, trazia um desenho sociocultural com os esportes, a arquitetura, as artes, a diversão, o de Rajoy é basicamente desinteressado em fazer algo mais do que cumprir as determinações que vem desde as instituições bancárias europeias, basicamente para atender seus desejos imediatos de acumulação.

Como explica, de modo pormenorizado, Rubén Juste, não é o caso de um ou de outro personagem, mas de todo um arranjo político e financeiro que se desdobrou das próprias definições e tramas da correlação de forças que constituiu a Espanha desde a morte de Franco. A agenda do capital financeiro não é a mesma do amplo sistema bancário que constituía o país nos anos 1980, ou mesmo de sua burguesia industrial

derrotada no início dos anos 1990, tensão de forças impressa na reconstituição de Barcelona para as Olimpíadas de 1992. Enquanto o projeto da burguesia valenciana, por exemplo, tinha o *Terra Mítica*, o GP de Fórmula 1, a *Ciudad de la Luz*, o projeto dos fundos de investimento é basicamente a especulação em busca do lucro imediato, ao preço de que, se for preciso, arrasar qualquer indício de sociabilidade que se apresente pelo caminho. Por isso, interessa pouco saber de quem são filhos os atuais conselheiros dos fundos de investimento, se a lógica que os guiará será basicamente as que praticam pelo mundo o JP Morgan ou os empregados de Warren Buffett, ou ainda os obscuros fundos como *Blackrock*, *Fidelity* e *Vanguard*.

Neste sentido, parece oportuno problematizar, como conceito analítico para o contexto, a noção de “crise econômica”. Sob o signo da crise econômica, uma série de determinações políticas de cortes de gastos públicos e receituário de austeridade levaram às maiorias sociais espanholas crescentes dificuldades, ao passo que, no mesmo momento e precisamente por isso, os fundos de investimento internacional, os únicos com efetiva capacidade dirigente, obtiveram lucros recordes. Para além do custo social, incalculável, este processo foi danoso também para o próprio equilíbrio das forças políticas espanholas, que sem capacidade dirigente, perderam inclusive a capacidade de levar adiante projetos que não criassem insatisfação e ameaças de desestabilização no horizonte. A emergência de uma um grupo de descontentes, aglutinados de modo diverso pelo menos desde as manifestações do 15M, capaz de elaborar uma noção de “povo” distinta daquela apregoada desde o Palácio da Moncloa tanto por socialistas quanto por aznaristas, é fruto desta incapacidade da classe dirigente de apresentar consensos convincentes.

Sem interesse ou mesmo capacidade operacional de exercer soberania, as lideranças

políticas se mostraram cada vez mais irrelevantes. Mariano Rajoy, figura importante do governo Aznar e líder da oposição no período Zapatero, ocupa a presidência do governo desde 2011, resistindo à insatisfação popular, à recessão e a uma série de notícias de corrupção que têm o PP no epicentro. Não o faz precisamente porque é forte e popular, mas ao custo do bipartidarismo que organizava o sistema político espanhol. A emergência do Podemos como força política escancarou que tanto PSOE quanto PP representavam, de modo geral, as empresas do IBEX, acusação política que se tornou evidente quando, com possibilidade de governar o país com uma coalizão de esquerda ao lado do novo partido após os bons resultados eleitorais, os socialistas optaram por abrir o caminho para a continuidade do PP – e para tal, foi preciso que as oligarquias partidárias encaminhassem um golpe nos bastidores.

Este poderoso livro é precisamente fruto deste contexto que ele narra com detalhes e consistência. Não por acaso, desde o seu lançamento – em março de 2017, ele se alinhou ao discurso do Podemos – e também por isso, vários membros do partido têm tratado a obra como um clássico imediato. Faz sentido, afinal, boa parte das chaves analíticas mobilizadas por Rubén Juste se não são exatamente as mesmas, formam parte da linha do repertório interpretativo *podemita*, partido que nasceu na Universidade Complutense de Madrid, onde Rubén Juste cursou sua licenciatura e seu doutorado em Sociologia antes de trabalhar como consultor político e professor na Austrália, Paraguai e Equador. No cenário espanhol, Juste tem se dedicado a publicar textos analisando as relações entre poder financeiro e a política no site de jornalismo investigativo CXTX (Contexto y Acción).

Em sua obra, não há uma análise pormenorizada das forças políticas à esquerda do PSOE, como Podemos ou a Izquierda Unida, apenas menções isoladas em uma ou outra

passagem, tentando situar uma ou outra fala de dirigentes empresariais citados. O trabalho, no entanto, já se tornou fonte para que os principais políticos destes partidos incorporassem seus dados e suas análises na trincheira contra “a grande coalizão” do IBEX 35 que governa a Espanha. O seu entusiasta mais relevante é, sem dúvida, o secretário geral *podemita* Pablo Iglesias, que tem atuado ativamente na divulgação do livro em eventos de lançamento e em suas redes sociais, e chegou até a propor, inspirado por Juste, a substituir o antigo e famoso “casta”, noção mobilizada pelo grupo nos discursos no nascimento do partido, por “trama”, uma vez que este compreende o poder de modo mais abrangente, relacional. A efusiva adesão do principal líder da oposição à obra fez com que os principais veículos de comunicação do país – boa parte deles citados criticamente no trabalho – noticiassem e repercutissem o livro.

Especialista em política paraguaia e tendo escrito sobre o cartismo antes de publicar IBEX 35, Rubén Juste se lançou com coragem e audácia a um debate acalorado e já se tornou uma importante fonte para a esquerda espanhola. A obra, escrita em castelhano, pode ser interessante também para os pesquisadores latino-americanos que experimentam, em suas realidades específicas, processos que tiveram atuação objetiva de diversos personagens ali citados. A obra tem ainda a possibilidade de jogar luz sobre as relações entre soberania do Estado e instituições monetárias internacionais europeias, um debate que certamente ganha força a cada dia, com variações para cada contexto específico.

No entanto, para nós, trazer uma análise desta obra se mostrou oportuno porque permite importantes reflexões metodológicas. A facilidade que o autor demonstrou para tratar de fontes que muitas vezes são bastante áridas é admirável, e demonstra bons caminhos para historiadores que ambicionam estudar temas do tempo presente. Sua redação, notavelmente leve e até bem-humorada - dentro das possibilidades

que se tem a partir de tamanha tragédia abordada – é também um ponto alto da obra. Mais importante ainda, para nós, é o modo como Juste compreende as relações entre capitalismo e política, sem fantasias ideológicas, mas também sem grosserias mecanicistas. Ao nosso ver, Juste encontra o ponto nodal de abordagem ao entender, e, mais difícil ainda, demonstrar com clareza, que é possível pensar historicamente as relações poder em uma sociedade sem supervalorizar aquilo que sem muito rigor chamamos de “estruturas” ou, mais especificamente, as instituições. Para tal, ele flutua na tensão entre as lógicas de poder estabelecidas, construídas, transformadas e reformuladas, e os projetos pessoais de poder que marcam e atuam neste processo. É este o maior mérito de seu trabalho: conseguir captar os personagens, sem transformar os movimentos em sagas individuais, mas também compreender que as estruturas não são um dado acabado que age sobre os sujeitos, mas processos políticos que são constituídos precisamente pela atuação do homem na história.